

Opinião

Ideias



MOISÉS DE LEMOS MARTINS Investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho

Filhos da madrugada

Em março de 1928, a um mês de ocupar a pasta das Finanças no Governo da Ditadura, saída do golpe militar de 28 de maio, Salazar viu ser publicado na revista Estudos, do Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra, o texto ‘Duas economias’. ‘Moderação no gastar e aproveitamento das pequenas coisas’, eram esses os princípios a que a economia do país deveria submeter-se. A política ruralista, corporativa e doméstica, amassada num espírito de miséria, que Salazar iria catapultar para topo do Estado, tinha princípios que não iam além daqueles a que ‘uma boa dona de casa’ deveria obedecer: “restos de comida, aparas de hortaliça, pratos arranjados com outros que não serviam já, farrapos que servem para um tapete, pedaços de panos para qualquer coisa e roupa transformada, como fazia aquela mãe que mandava a um filho umas calças novas feitas dumas velhas do pai, e pedia-lhe que lhas devolvesse depois de usadas, para fazer outras novas para um irmão mais pequeno”.

Mas, desde aquela madrugada que esperávamos, desde aquele “dia inicial inteiro e limpo”, cantado por Sophia, que Portugal, “emergindo da noite e do silêncio”, deixou para trás um regime de natureza nacionalista e clerical, com uma forma autoritária antidemocrática, e uma legitimidade corporativista.

Com Salazar ao leme, Portugal teve um imaginário de império, do Minho a Timor. Mas ‘a boa dona de casa’ que sonhava com caravelas, viu o sonho tornar-se num pesadelo, a partir de 1961,

primeiro, com a anexação de Goa pela União Indiana, depois, com a guerra em três frentes, em Angola, Moçambique e Guiné.

A revista norte-americana, Monocle, acaba de dedicar a Portugal, na edição de março, mais de sessenta páginas, apresentando-o como um país moderno. Para a Monocle, Portugal surpreendeu o mundo em 2016, pelo arrojo da sua solução governativa, que resulta de um entendimento de partidos à Esquerda, garantindo, de uma assentada, a paz social e os limites do défice orçamental, ditados pela União Europeia.

É tanto como um destino turístico de eleição, Portugal é, para a Monocle, um país com cidades que são hoje capitais da cultura, da moda e do design; um país com indústrias inovadoras, suportadas por tecnologia avançada, sendo disso exemplo a indústria das energias renováveis, especificamente da energia eólica; um país em que surgem cada vez mais indústrias criativas.

Com um crescimento económico reduzido (1,6% do PIB, em 2016), Portugal está, todavia, na média da comunidade europeia, sendo o défice orçamental de 2,0% e andando o desemprego pelos 10% da população ativa, quando, por exemplo, a Espanha tem o desemprego a 18,2% e a Itália a 12%.

Dá-se o caso, entretanto, de que 2016 foi, para Portugal, um ano de acontecimentos improváveis. Venceu o campeonato europeu de futebol, o que é um feito singular e notável, pela mediatização ímpar deste desporto e pela sua importância social e económica, em todo o mundo. Viu, também, ser eleito para Secretário Geral das Nações Unidas, o seu antigo primeiro ministro, e também Alto Comissário da ONU para os Refugiados, António Guterres, o que constituiu um acontecimento estrondoso, à escala global, e de um simbolismo inigualável para Portugal e para o mundo lusófono, que veem a língua portuguesa ganhar cartas de alforria no contexto internacional.

Podemos, pois, dizer que passados mais de quarenta anos sobre o 25 de abril, a Revolução cumpriu todas as suas promessas, os célebres três D,s da Revolução, “Democratizar, Descolonizar e Desenvolver”. Com efeito, Portugal não é mais um país “orgulhosamente só” no concerto das nações, tolhido pela Censura e esmiornado pela Polícia Política (PIDE). Pelo contrário, viu as suas antigas colónias tornarem-se países independentes e orgulha-se de ser um dos países da União Europeia.

E, no entanto, Portugal também vive algumas das maiores assombrações com que se debatem, hoje, os países ocidentais. A especulação financeira desenfre-

da e a ganância das suas elites têm empurrado o país para crises desesperadas. De 2011 a 2015, Portugal foi sujeito a uma intervenção da Troika, sendo dilacerado por políticas austeritárias, ditadas pelo FMI, pela CE e pelo BCE.

Foi-lhe vendida a ideia de que o povo vivia “acima das suas possibilidades”. E um programa de privatizações acelerado ditou a venda a pataco das principais empresas públicas portuguesas, o que coloca em risco a própria capacidade do Estado para tomar decisões autónomas em setores estratégicos da vida nacional.

Entretanto, a “geração mais bem preparada de sempre”, de jovens licenciados de todas as especialidades, viu o país bater-lhe com a porta na cara, sendo obrigada a emigrar. E com o país amarrado ao cais, tal um barco exausto, banqueiros, empresários e políticos, aos magotes, puderam refastelar-se em paraísos fiscais, apodrecendo de ricos, enquanto sucessivos bancos entravam em falência: BPN, BPP, BES, Banif..., mesmo o banco público, a Caixa, viu-se na necessidade de uma recapitalização forçada de biliões de euros.

Em democracia, é um facto. Portugal tornou-se num país de pardalões e de gabirus, de alto coturno, com uma classe política e económica de costas voltadas para o cidadão comum.

Mas o maior elogio que é possível fazer, hoje, à ‘revolução dos cravos’ é o de associar o fado do país à ‘liberdade livre’, figurada em tempos pelo poeta António Ramos Rosa. Portugal é um país de liberdade. E é essa a principal conquista do 25 de abril.